

Senado, Sudam – e a Zona Franca?

POBRE POVO DA AMAZÔNIA E DO NORDESTE ILUDIDO POR POLÍTICOS ÁVIDOS POR CRÉDITOS E FAVORES FISCAIS

22 ABR 2001

SUELY CALDAS

Sem instituições fortes, sólidas, confiáveis, a democracia enfraquece e passa a ser alvo de um generalizado e perigoso descrédito popular. “Depoimento de Regina derruba bolsa; dólar na máxima”, foi a primeira reação captada pelo serviço de notícias online da *Agência Estado*, ainda no decorrer do depoimento da ex-diretora da Prodasen, Regina Célia Borges, na última quinta-feira à Comissão de Ética. Regina confirmava ter recebido e cumprido ordens dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) para violar o painel de votação do Senado. A notícia é a medida do descrédito, da desmoralização da instituição que deveria ser a mais respeitada do Poder Legislativo. Se senadores achincalham a instituição que representam e pela qual deveriam zelar, como fazer o homem comum confiar na seriedade e moralidade das decisões ali tomadas? “São todos ladrões e corruptos”, é o que mais se ouve nas ruas – generalização perigosa e injusta, mas que traduz indignação e desprezo da população pela classe política.

A chamada Câmara Alta – como na Inglaterra há a Câmara dos Lordes designando a nobreza de funções e assuntos ali tratados – já vinha de outro grave abalo, por ter seu presidente acusado de desvio de dinheiro do Banpará e envolvimento

com quadrilhas que há anos se apropriam de dinheiro da Sudam, que deveria ser aplicado em investimento, produção e emprego. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ganhou um refresco esta semana, escondido e momentaneamente esquecido, em razão do desvio de foco para seu arquinimigo e rival Antonio Carlos Magalhães. Respirou aliviado. Mas o refresco é por pouco tempo. Suas explicações sobre o Banpará e ligações com o maior fraudador da Sudam e ex-sócio, José Osmar Borges, não convenceram nem os senadores de seu partido. Não poderá, portanto, escapar de um processo de cassação, da mesma forma que ACM e Arruda. Do contrário, o Senado jamais vai recuperar credibilidade.

Sudam e Sudene – duas outras instituições que políticos e empresários inescrupulosos destruíram. A abundância de fraudes e a perda de dinheiro, estimada em quase R\$ 4 bilhões, não podem dar nenhuma sobrevida à Sudam e Sudene, muito menos a saída de transformá-las em agências de desenvolvimento, como quer o ministro Fernando Bezerra. Ali tudo está tão desmoralizado e viciado que a única alternativa é fechar, lacrar, passar cadeado na porta, transferir funcionários e sepultá-las no passado.

Pobre população da Amazônia e do Nordeste, por tantos anos iludida pela propaganda enganosa de políticos locais, ao pregarem que os favores fiscais e de crédito, que recebiam com amigos empresários, levariam progresso para as duas regiões.

O modelo dessas agências, baseado em renúncia fiscal e subsídio de crédito, ao contrário de reduzir, agrava desigualdades regionais, já que o imposto que deixa de ser cobrado do beneficiário faz falta para aplicar em educação e saúde pública em Estados do Norte e Nordeste. Além disso, tira recursos pagos pela população inteira para financiar projetos industriais

fantasmas, que só existem no imaginário da corrupta parceria entre o político e o suposto empresário. O governo precisa encontrar outros meios de estimular o desenvolvimento em regiões pobres, fazer o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) chegar lá, por exemplo. Mas, decididamente, a história tem mostrado – e fartamente – que colocar dinheiro na mão de político é confiar o galinheiro à esperta raposa. Melhor não arriscar.

Apesar das críticas da oposição que se autoneia defensora dos pobres e da moralidade, a privatização de empresas estatais e a Lei de Responsabilidade Fiscal são instrumentos

mais poderosos para combater a corrupção e proteger o dinheiro público do que as sempre tardias investigações, seja do Executivo ou do Legislativo. Fraudes na Sudam e Sudene são conhecidas há décadas, por que só agora são investigadas? Também há décadas, aqui e ali surgem notícias de irregularidades na esquecida Zona Franca de Manaus, até agora livres de apuração porque não há disposição política para tal. Aliás, disposição política só acontece – e assim mesmo sob pressão da sociedade – quando a imprensa descobre a fraude ou um político quer se vingar ou chantagear o adversário. Raros são os casos de investigação espontânea do poder público.

A privatização e a Lei Fiscal agem preventivamente. A primeira porque elimina o foco de ações ilícitas, ao tirar a empresa das mãos do Estado e transferi-la para a economia privada. Só a privatização da Telebrás suprimiu uns 800 cargos de diretores em estatais, menos 800 canais por onde drenavam favores concedidos a políticos. A Lei Fiscal ensina a administrar recursos públicos com correção e seriedade, equilibrando gastos e receita, equacionando endividamentos, enfim, fazendo sobrar dinheiro para o Estado ou prefeitura aplicarem em educação, saúde, segurança, transporte, investimentos sociais.

**Ali tudo está
tão viciado
que a única
alternativa é
lacrar e
sepultar**